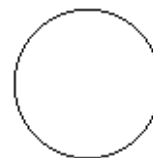




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 1
Proc.: 11760/10

Rubrica

Processo nº 11760/10 B

Origem: Transportes Urbanos do Distrito Federal - DFTRANS

Assunto: Representação.

Ementa: Representação. Convênio nº 1/08. DFTRANS. Empresa Fácil. Recarga de cartões de passes estudantis. Ausência de prestação de contas. Cautelar. Deferimento. Embargos de Declaração. Conhecimento. Provimento.

Fundamento legal para não inserção em pauta: art. 1º, VI, da Resolução TCDF nº 161/03.

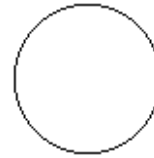
RELATÓRIO

Processo autuado para exame da Representação formulada pela ilustre Procuradora Geral do Ministério Público junto a esta Corte de Contas, Márcia Farias, com pedido de medida cautelar urgente, constituída na obrigação de fazer, para que a operadora delegada do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal (SBA/DF), Fácil – Brasília Transporte Integrado, mantenha ativos os serviços de recarga dos cartões estudantis, sem interrupções, até efetiva aprovação de suas prestações de contas pelo jurisdicionado e pelo TCDF, sob pena de aplicação das penalidades previstas na L.C. n.º 01/94 (fls. 1 a 5).

2. Nos termos da Decisão nº 1736/10 (fl. 61), este Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: **I** – tomar conhecimento da Representação em apreço e de sua emenda; **II** - tendo em conta a ausência de prestação de contas do Convênio nº 1/08-DFTRANS x FÁCIL Brasília Transporte Integrado, a despeito dos repasses de recursos públicos já efetuados a título desse ajuste, **deferir a cautelar pleiteada, constituída na obrigação de fazer, para que o Transportes Urbanos do Distrito Federal – DFTRANS:** **a)** tome as contas das empresas operadoras de transporte, a fim de apurar a quantidade de vales estudantis efetivamente utilizados, para, caso aprovadas, possibilitar resgate de novos recursos financeiros correspondentes, consoante previsto nas Cláusulas “6.1.7” e “6.1.9” do Convênio de Cooperação Administrativa nº 001/2008 (DFTRANS x Fácil), nos artigos 62 e 63 da Lei nº 4320/64 e no § 3º, incisos I e II, do artigo 116 da Lei nº 8666/93; **b)** tão logo examine as contas a que se refere o item anterior, encaminhe-as a esta Corte de Contas; **c)** determine à FÁCIL Brasília Transporte Integrado, operadora delegada do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal (SBA/DF), **que mantenha ativos os serviços**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 2
Proc.: 11760/10

Rubrica

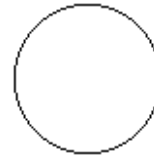
de recarga dos cartões estudantis, sem interrupções, até a efetiva aprovação de suas prestações de contas pelo DFTRANS e por esta Corte de Contas, vez que a remuneração por tais serviços é efetuada mediante ressarcimento dos custos operacionais correspondentes, na forma prevista nas Cláusulas “5.1.7” e “7.4” do Convênio nº 001/2008 (DFTRANS x Fácil) e no o artigo 59 da Lei nº 4011/2007, não dependendo, portanto, dos repasses financeiros a que se referem as Cláusulas “6.1.7” e “6.1.9” do mesmo ajuste; **d)** alerte a FÁCIL Brasília Transporte Integrado de que o descumprimento do item “c” acima poderá provocar a rescisão do Convênio nº 1/08 e encampação dos serviços, nos termos da Cláusula 11.1 do Convênio nº 1/08; **III – determinar à 3ª ICE: a)** o processamento dos autos em apartado; **b)** o exame da matéria, autorizando, desde já, procedimento de inspeção, em regime prioritário, para verificação dos seguintes pontos: **b.1)** adequação do instituto do convênio à contratação em tela, devido ao aparente conflito de interesses, uma vez que a FÁCIL Brasília Transporte Integrado é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mas representada pelos operadores do STPC, mais especificamente os Senhores Wagner Canhedo Azevedo Filho, Eduardo Queiroz Alves e Victor Berthonico Foresti; **b.2) ausência de prestação de contas ao DFTRANS e ao TCDF, por parte da empresa FÁCIL Brasília Transporte Integrado; b.3)** medidas de fiscalização que são adotadas pela jurisdição em relação ao vale estudantil; **IV – autorizar o encaminhamento de cópia da representação e do relatório/voto da Relatora ao DFTRANS e à FÁCIL Brasília Transporte Integrado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem os esclarecimentos que entenderem cabíveis sobre os fatos ora questionados.**

3. Às fls. 67 a 71, Ofício nº 125/2010-MPC/PG, de 10/05/10, informa o recebimento de expedientes do DFTRANS (Ofícios nº 1215 e 1248/10-GAB/DFTRANS, de 07/05/10 e 10/05/10, respectivamente), noticiando a suspensão da recarga dos cartões de passes estudantis.

4. Requer o Ministério Público que este TCDF alerte à Diretoria da FÁCIL, imediatamente e por meio de notificação de mão própria, que a Decisão nº 1736/2010, item II, c, está em vigor e deve ser cumprida incontinenti, mediante a recarga dos cartões estudantis, independentemente de repasses financeiros, tudo de acordo com o item II, c, daquela decisão, sob risco de aplicação das penalidades aplicáveis, especialmente as contidas no artigo 57, incisos II, III e IV e no artigo 60 da LO/TCDF, bem como a sanção administrativa prevista no artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93, ou seja, a decretação de inidoneidade dos dirigentes da FÁCIL para contratar com a administração pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



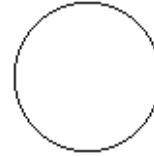
Fls.: 3
Proc.: 11760/10

Rubrica

5. Às fls. 72 a 95, Pedido de Reconsideração interposto contra a Decisão nº 1736/10, interposto pela Fácil Brasília Transporte Integrado, em 11/05/10.
6. Às fls. 96 a 190, Embargos de Declaração opostos por Fácil Brasília Transporte Integrado, na data de hoje, contra a Decisão nº 1736/10.
7. Por meio desse último Recurso, pede a empresa que o anterior Pedido de Reconsideração, protocolizado em 10/05/10, seja melhor recebido sob a forma de Embargos de Declaração, a fim de ser esclarecido o teor do referido *decisum*, tendo em vista a ausência de determinação expressa sobre a suspensão do repasse dos créditos referentes ao passe livre estudantil.
8. Aduz que a mudança se justifica pelo fato da decisão ser obscura quanto à forma de retenção e bloqueio do repasse, levando-se em consideração ainda as **constantes prestações de contas feitas DIARIAMENTE ao DFTRANS, desde o início da concessão do benefício**, que ora são trazidas em anexo.
9. Segundo a Recorrente, os documentos juntados comprovam, mais uma vez, a disposição da FÁCIL em continuar a esclarecer qualquer entrave com relação a apuração dos repasses, vez que já o faz diariamente, por meio de especificações sobre o total de carga realizadas, o valor do crédito, o valor do débito e o saldo existente. Apesar disso, a leitura do *decisum* questionado/embargado não permite depreender com clareza se, apesar de prestadas continuamente ao DFTRANS as contas devidas, haverá de fato a suspensão do repasse a Associação Embargante/Requerente, o que ensejaria a inevitável paralisação do serviço pelas empresas associadas.
10. No entender da Recorrente, acresce-se à necessidade de esclarecimentos a correspondência enviada pelo Diretor-Geral do DFTRANS, também em anexo, por meio da qual expõe sua interpretação de que a Fácil teria que “manter ativos os serviços de recarga de cartões estudantis, sem interrupções, até a efetiva aprovação de suas prestações de contas pelo DFTRANS e por esta Corte”.
11. No mérito, pleiteia a FÁCIL o recebimento do Pedido de Reconsideração como Embargos de Declaração, para sanar as obscuridades da decisão em referência, de modo que se esclareça que a Decisão Nº 1.736/10 não determinou qualquer suspensão de repasses à FÁCIL, enquanto são prestadas as contas devidas.
12. É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 4
Proc.: 11760/10

Rubrica

VOTO

13. Este Processo foi distribuído ao meu Gabinete, às 9h53 de hoje, em face de ter sido meu o Voto condutor da Decisão nº nº 1736/10 (fl. 61), ora recorrida.

14. O exame do presente Recurso regula-se pelo contido na Portaria nº 231/07¹, que estabelece o trâmite adequado à espécie.

15. A Decisão nº 1736/10 foi prolatada na Sessão Ordinária nº 4334, de 20/04/10, e publicada no DODF de 06/05/10..

16. Constato, assim, a tempestividade do Recurso, vez que protocolizado em 11/05/10, e aditado em 13/05/10 (fls. 72 e 96).

17. Constato, também, a legitimidade da Recorrente, destinatário indireto da Decisão nº 1736/10 e, portanto, interessado no feito.

18. O Recurso em tela, inicialmente impetrado como Pedido de Reconsideração, e posteriormente expressado como Embargos de Declaração, deve ser sob essa forma conhecido, vez que não se cuida de rever os termos da Decisão nº 1736/10, consoante indica a Recorrente, mas de esclarecer o seu conteúdo.

19. Passo ao exame de mérito.

20. A pretensão recursal refere-se a suposta obscuridade na Decisão nº 1736/10, *tendo em vista a ausência de determinação expressa sobre a suspensão do repasse dos créditos referentes ao passe livre estudantil.*

21. De fato, o sentido da Decisão nº 1736/10 contrasta com a intelecção do DFTRANS, veiculado pelo Ofício nº 1215/10 (fl. 99), que, de livre iniciativa, resolveu notificar a FÁCIL, entendendo que a referida deliberação plenária condicionava o aporte de novos recursos financeiros até a efetiva aprovação das prestações de contas pela operadora do Sistema de Bilhetagem Automática e por este Tribunal.

22. Nesse sentido, recorro os fundamentos de minhas razões de decidir, consubstanciadoras da decisão ora embargada (fls. 49 a 60):

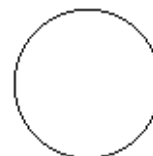
[...]

14. Representação distribuída ao meu Gabinete em 14/04/09, às 17h28, já autuada.

¹ Dá nova redação ao artigo 4º e ao Anexo da Portaria nº 126, de 21 de maio de 2002.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 5
Proc.: 11760/10

Rubrica

15. O procedimento adotado não está perfeitamente adequado ao rito estabelecido pela Portaria nº 231/07², que normatiza a tramitação, distribuição e controle dos processos relativos a denúncias e representações, entre outros.

16. De todo o modo, neste passo, em face da natureza e urgência da matéria, conheço da presente Representação (fls. 1 a 5), nos termos da referida Portaria nº 231/07.

17. Esta Corte de Contas é competente para análise do tema, nos termos do art. 1º, II, a, d, e VII, da Lei Complementar nº 1/94³.

18. Tramita neste Tribunal o Processo nº 31377/09⁴, que cuida da Representação nº 26/09-CF, em que se pede *inspeção para verificar nos órgãos competentes como está sendo feito o controle, e se o mesmo apresenta-se satisfatório e confiável, bem como determine a análise da legalidade da [Lei nº 239/02⁵, com a redação dada pela de nº 4.371/09], vez que não foi indicada a fonte de custeio, a teor do que determina a LODF, artigo 71.*

19. A existência de autos cuidando de tema similar, e de cunho mais abrangente, demandaria o trâmite em conjunto dos processos correlatos, em nome da economicidade processual.

² Dá nova redação ao artigo 4º e ao Anexo da Portaria nº 126, de 21 de maio de 2002. [...] **VERSÃO PROPOSTA DENÚNCIA OU REPRESENTAÇÃO SOBRE IRREGULARIDADES - 1. Admissibilidade, saneamento ou apuração e mérito, no caso de denúncia ou representação sobre irregularidades formalmente apresentada por terceiros:** Tramitação do processo: **1.1.** Seção de Protocolo e Arquivo: recebimento; remessa ao Gabinete do Presidente; **1.2.** Gabinete do Presidente: verificação junto às unidades técnicas se o fato denunciado consta examinado ou em exame no âmbito do Tribunal; juntada do documento ao processo respectivo (se for o caso) ou autuação de novo processo; remessa ao Relator ou, se for o caso, designação de Relator; **1.3.** Relator: determinação, se for o caso, de medidas cautelares ou saneadoras, ou remessa à Inspeção competente para instrução ou realização de inspeção, ou outras providências que entender cabíveis e consequente remessa do processo à Secretaria das Sessões; ou elaboração de despacho singular ou relatório e voto ou proposta de decisão para apreciação das medidas propostas em Plenário; **1.4.** Inspeção de Controle Externo: exame e instrução; remessa ao Relator.

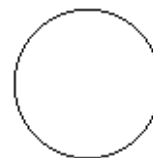
³ **Art. 1º** Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei, compete: [...] **II - julgar as contas:** **a)** dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta ou que estejam sob sua responsabilidade, incluídos os das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal, **bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário;** [...] **d)** dos dirigentes de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições, subvenções, auxílios e assemelhados, até o limite do patrimônio transferido; [...] **VII - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo Distrito Federal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;**

⁴ Relator: Conselheiro RONALDO COSTA COUTO.

⁵ Dispõe sobre a extinção do Caixa Único e sobre a criação de novos mecanismos de gerenciamento do sistema de transporte público do Distrito Federal e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 6
Proc.: 11760/10

Rubrica

20. Todavia, estando o pedido de cautelar circunstanciado em obrigação de fazer, e tendo o MP pugnado pela apensação destes autos ao de nº 31377/09, após a análise das contrarrazões a serem prestadas neste feito, defiro o processamento deste Processo em apartado.

21. No tocante à questão de fundo, a prestação de contas configura princípio básico, afeto a qualquer um que administre recursos de terceiros, especialmente aplicável a quem gere recursos públicos.

22. Não creio, entretanto, que este Tribunal possa aplicar penalidades a terceiros sem vínculo com a Administração.

23. Assim como entendi no Processo nº 11912/05⁶, não se vislumbra a possibilidade de *aplicação das multas previstas no art. 57 da LC nº 1/94 - de caráter personalíssimo e dirigida a agentes públicos, por atos praticados nessa condição - a terceiros sem vínculo com a Administração, embora possam estar [...] sob a jurisdição do Tribunal quando lidam com recursos públicos, até o limite do patrimônio transferido (CRFB, art. 71, II, e LC 1/94, art. 1º, II, d). Não se está a falar que os terceiros sem vínculo com a administração estão imunes de sanções administrativas, mas, sim, que essas devem, nas situações aqui tratadas, quando expressamente estabelecidas em lei, **estarem previstas contratualmente**, a exemplo dos ajustes submetidos aos ditames da Lei nº 8.666/93 (art. 86 e seguintes), cujas penalidades vão desde a multa pecuniária à rescisão contratual ou à declaração de inidoneidade.*

24. A propósito de penalidades, o Convênio nº 1/08 (fls. 26 a 34) não as contempla, excetuada a possibilidade de rescisão a qualquer tempo, precedida de comunicação (Cláusula 11.1, fls. 33/34).

25. Entendo, também, que, em sendo os operadores do STPC e do SBA FÁCIL os proprietários das empresas operadoras de transporte, mostra-se não indicada a tomada de contas das empresas operadoras pela própria FÁCIL.

26. Observo que, a esse respeito, a autora da Representação aponta o aparente conflito de interesses na operacionalização do Convênio nº 1/08.

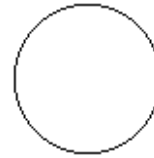
27. De consequência, creio que o pedido de medida cautelar, constituída na obrigação de fazer, deve ser direcionado, não à FÁCIL, mas ao DFTRANS, jurisdicionado que é desta Corte de Contas e Órgão Gestor do Convênio nº 1/08, a que compete, nos termos das Cláusulas abaixo especificadas (fl. 28):

- 3.1.1 – planejar, gerir, **controlar e fiscalizar todas as atividades inerentes à execução dos serviços de transporte público coletivo;**
- 3.1.2 – promover o adequado funcionamento dos serviços, **coibindo ações extremas que possam prejudicá-lo;**

⁶ Auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal, visando o acompanhamento dos contratos celebrados com o Instituto Candango de Solidariedade. **Relatora: Conselheira MARLI VINHADELI.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 7

Proc.: 11760/10

 Rubrica

- 3.1.4 – **assegurar a qualidade dos serviços** no que se refere à **regularidade**, segurança, continuidade, modicidade tarifária, **eficiência**, conforto, rapidez atualidade tecnológica, acessibilidade, bem como zelar pela garantia dos direitos carentes, dos idosos, das gestantes e das pessoas com deficiência, **respeitando-se o equilíbrio econômico financeiro** das operadoras do Sistema SBA FÁCIL.

28. Obriga-se, ainda, o DFTRANS, nos termos do mesmo Convênio nº 1 / 08 (fl. 29):

- Cláusula 5.1.1 - **promover** o planejamento operacional, a avaliação de desempenho, a caracterização da demanda e da oferta de serviços, a elaboração dos estudos de custos e dos níveis tarifários, **o controle e a fiscalização dos serviços públicos e privados de transporte de passageiros**, a gestão do Fundo de Transporte e a operação de terminais e pontos de parada;

- Cláusula 5.1.2 – **a geração dos créditos que serão comercializados no sistema Fácil** serão de competência exclusiva da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, nos termos da lei;

- Cláusula 5.1.3 – **o controle dos créditos emitidos**;

- Cláusula 5.1.4 – **fiscalização do serviço consistente em acompanhamento permanente da operação do serviço**, visando o cumprimento dos instrumentos de delegação e da legislação pertinente;

- Cláusula 5.1.5 – **adotar providências de caráter emergencial visando preservar o interesse público, com a continuidade e segurança dos serviços**;

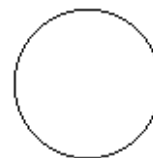
- Cláusula 5.1.6 – **a realização de auditoria** administrativa, técnico, **operacional e econômico-financeira**, bem como auditoria no banco de dados do sistema, tanto por acesso eletrônico irrestrito as informações nele contidas na operadora do SBA e delegatários **por meio de equipe própria ou de terceiros por ela formalmente designados**, respeitados os direitos de propriedade intelectual e sigilo das informações nele contidas;

- Cláusula 5.1.7 – **promover o ressarcimento dos custos operacionais, mediante o prévio ressarcimento das despesas efetivamente realizadas**.

29. Já a FÁCIL, enquanto operadora do SBA, nos termos do Convênio nº 1/08, é obrigada a:

– 6.1.1 – diante da delegação de competência prevista na legislação pertinente, **a comercialização e o resgate dos créditos utilizados no Sistema Integrado de Transporte do Distrito Federal**;

– 6.1.2 – **permitir o livre acesso da entidade gestora aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da operadora e dos delegatários do**

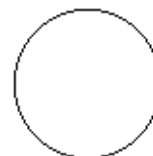


serviço;

- 6.1.3 – **manter** durante toda a vigência do convênio **a continuidade, segurança e eficiência** na prestação dos serviços delegados;
- 6.1.4 – **acatar as determinações da entidade gestora do STPC/DF no que diz respeito àquelas relativas à integridade física, operacional e tarifária**, preservando-se o equilíbrio financeiro do Sistema, e mediante estudo prévio apresentado e aprovado em conjunto com os operadores do STPC/DF;
- 6.1.6 – computar, para fins de resgate, **a receita devida** para cada empresa ou modal operador;
- 6.1.7 – emitir relatório de resgate de créditos dos passageiros transportados no sistema STPC/DF, para o resgate dos créditos efetivamente utilizados dentro do sistema, que será entregue ao Banco depositário dos recursos para as providências de repasse em conta corrente dos seus destinatários;
- 6.1.8 – **promover a efetiva comprovação dos custos operacionais para o seu ressarcimento pela entidade gestora;**
- 6.1.9 – sempre que houver nova emissão de lotes de novos créditos, o FÁCIL deverá apresentar o balanço da comercialização do último lote de créditos gerados, contendo no mínimo:
 - a) valor original do crédito gerado pelo DFTRANS;
 - b) valores transferidos para os cartões de usuários no transporte, separados por tipo de cartão;
 - c) saldo remanescente dos créditos gerados e não comercializados;
 - d) valores resgatados a crédito das empresas permissionárias referentes ao número de passageiros efetivamente transportados;
 - e) valores circulantes, assim entendidos os créditos remanescentes nos cartões que ainda não foram utilizados respectivos àquele lote;
- 6.1.10 – **disponibilizar ao ÓRGÃO GESTOR** os seguintes relatórios, acessados eletronicamente, e que deverão substituir os atuais documentos em papel utilizados no sistema, sendo que deverão estar disponibilizados no sistema de forma a permitir consulta a qualquer tempo pelo ÓRGÃO GESTOR:
 - I – **BTC - Boletim de Transporte Coletivo**, que deverá obedecer a futura regulamentação do Poder Executivo;
 - II – **BCO – Boletim de Controle Operacional**, onde estarão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 9
Proc.: 11760/10

Rubrica

registrados os horários de realização da linha [...]:

- 6.1.11 – independente do previsto no item acima, a **OPERADORA DO SBA deverá disponibilizar ao ÓRGÃO GESTOR**, sempre que solicitado em dispositivo, formato, nível de detalhe e período indicados, **quaisquer dados relativos aos cadastros relacionados com o sistema de bilhetagem automática, a comercialização, a operação e a arrecadação existentes no Sistema**;
- 6.1.12 – compromete-se, sempre que solicitado, a permitir que o ÓRGÃO GESTOR realize estudos de viabilidade técnica e de custo para integração tecnológica do sistema de bilhetagem;
- 6.1.15 – **controle automatizado das receitas auferidas** pelas empresas associadas e o rateio na proporção devida a cada empresa operadora, na forma descrita no artigo 8º, da Portaria nº 98, de 22/10/2007;
- 6.1.16 – emissão de relatórios de controle dos passageiros equivalentes transportados no sistema, para fins de cálculos tarifários por parte do DFTRANS;
- 6.1.22 – registrar a frequência de uso dos cartões eletrônicos nas diversas linhas que compõem o sistema, para fins de planejamento tarifário e operacional do DFTRANS e da Secretaria de Transportes;
- 6.1.24 – **transferir sistematicamente aos Órgãos Gestores**, através de meios eletrônicos, todas as informações de operação do sistema no tocante ao uso das linhas do sistema e das modalidades de usuários que as utilizaram;
- 6.1.25 – **contabilizar e apresentar mensalmente os custos de operação do sistema FÁCIL, referente a manutenção do sistema, aquisição de cartões, locação de equipamentos de bilhetagem, software, despesas de mão de obra etc.**

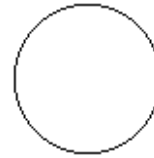
30. A propósito de tais competências e obrigações, registra-se a deficiência redacional da Cláusula 5.1.7 do Convênio nº 1/08, quando prevê o **ressarcimento dos custos operacionais, mediante o prévio ressarcimento das despesas efetivamente realizadas**. Na verdade, tendo em conta o disposto na Cláusula 6.1.8 do referido ajuste, que demanda a **efetiva comprovação dos custos operacionais para o seu ressarcimento pela entidade gestora**, a correta interpretação desses dispositivos indica que o ressarcimento dos custos operacionais dar-se-á após prévio conhecimento e comprovação das respectivas despesas incorridas.

31. De todo o modo, é o DFTRANS que deve ser compelido a exercer, efetivamente, suas competências e obrigações, de modo a tomar as contas que a FÁCIL deve prestar, por lei e nos termos do Convênio nº 1 /08.

32. Nesse particular, aliás, reza a Cláusula 8.1 do citado ajuste (fl. 33),



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 10
Proc.: 11760/10

Rubrica

que **o ÓRGÃO GESTOR poderá determinar**, a qualquer tempo, **auditoria administrativa, técnico, operacional e econômico-financeira**, bem como **auditoria no banco de dados do sistema, tanto por acesso eletrônico irrestrito** às informações nele contidas na operadora do SBA e delegatários do sistema, **por meio de equipe própria ou de terceiros por ela formalmente designados**, respeitados os direitos de propriedade intelectual e sigilo das informações nele contidas. Demais, deve o Órgão Gestor colocar um auditor permanente para controlar e validar os relatórios gerados pelo Sistema de Bilhetagem Automática (Cláusula 8.1.2, fl. 33).

33. Além disso, discordo do MP quando entende clara a necessidade de cessação de repasse de recursos financeiros até que sejam esclarecidos quais recursos foram efetivamente utilizados no transporte de estudantes.

34. É que, ao meu sentir, essa medida acarretaria prejuízo imediato aos passageiros que utilizam, diariamente, o sistema de bilhetagem automática, para deslocamento e mobilidade.

35. A relevante questão social que permeia a análise do problema não permite a imposição de outros percalços, além dos já conhecidos.

36. Ao contrário, demanda-se, em prol do interesse público, a revisão e o aperfeiçoamento do SBA, ou, até mesmo, sua substituição, vez que, não obstante constitua matéria posta em lei, revela, ao meu sentir, normatização eivada de absoluta impropriedade, em face da operacionalização concebida.

37. Em reforço a esse entendimento, ressalto que no Processo nº 21313/07⁷, que trata de Representação do MPJTCDF, requerendo a fiscalização e controle do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, foi prolatada a Decisão nº 4856/09⁸, item II, determinando, *com fulcro no § 2º do art. 41 do RITCDF, o encaminhamento de cópia da Representação nº 2/2007, da Informação nº 133/2008 e do Parecer nº 426/2009-MF à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal e ao Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, adotem as providências que entenderem necessárias ou prestem os esclarecimentos pertinentes.*

38. Naqueles autos (nº 21313/07), em decorrência de inspeção procedida, as sugestões do corpo técnico envolvem, entre outros:

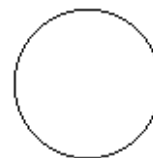
- comunicação ao DFTRANS que não dê aplicação ao § 1º do artigo 32 da Lei nº 4011/2007, sob pena de serem julgados irregulares os atos praticados ao seu abrigo, por ser esse dispositivo incompatível com os princípios de auditoria e de fiscalização – garantia de integridade e confiabilidade dos registros, informações e dados a serem auditados ou fiscalizados;
- determinação ao DFTRANS, que:
- faça os ajustes necessários no Convênio nº 1/2008, celebrado entre o

⁷ Relator: Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA.

⁸ Cumprimento prorrogado pela Decisão nº 6816/09.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 11

Proc.: 11760/10

Rubrica

DFTRANS e a Fácil – Brasília Transporte Integrado, de tal forma que a “Central do SBA” e os dados gerados e internados na mesma estejam permanentemente, de forma ininterrupta e *on line*, acessíveis ao Departamento e aos seus prepostos, tanto para a extração de informações como para a realização de auditoria contábil, operacional e de sistema (software e hardware), de modo que o DFTRANS passe a ter efetivo controle;

- antes da entrada em operação do SIT, realize auditoria de sistemas no SBA (hardware e software) a fim de garantir a integridade e a confiabilidade das informações, e minimize a possibilidade de fraude no sistema;

- encaminhe a esta Corte um cronograma para a assunção de atividades de controle de transporte público coletivo do DF, considerando, no mínimo, os seguintes itens:

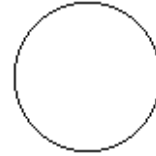
- frota de cada empresa em operação;
- cumprimento da programação de viagens;
- cumprimento de itinerários e horários de cada linha;
- quilometragens percorridas por linha e por veículo;
- quantidade de passageiros transportados por categoria, por linha e por veículo;
- valores arrecadados nos veículos por linha e por veículo;
- créditos emitidos, comercializados e utilizados;
- cartões sem contato comercializados ou fornecidos por categoria;
- valores arrecadados na comercialização de cartões;
- total da arrecadação do STPC/DF;
- arrecadação e destinação, absoluta e percentual, dos 4% previstos na Lei nº 445/93;
- demonstrativo de custos/despesas do SBA;
- situação de cada operadora e de cada frota em relação à regularidade da concessão;
- autorização para a inserção da cópia da resposta que vier a ser encaminhada pelo DFTRANS nos processos TCDF nºS 1123/02⁹ e 2452/96¹⁰, respectivamente, para que, futuramente, os assuntos sejam

⁹ Auditoria realizada no extinto Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos - DMTU, objetivando verificar a regularidade na execução do Contrato nº 05/99, firmado entre aquele órgão e a empresa JFM Informática Ltda. **Relator: Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS.**

¹⁰ Denúncia acerca de possíveis irregularidades ocorridas quando da renovação da frota de veículos da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, formulada pelo Deputado Distrital JOSÉ EDMAR DE CASTRO CORDEIRO. **Relatora: Conselheira MARLI VINHADELI.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 12
Proc.: 11760/10

Rubrica

neles tratados.

39. Consoante pesquisa efetuada na base de dados informatizada deste Tribunal, o DFTRANS ainda não encaminhou as respostas demandadas pela Decisão nº 4856/09 (Processo nº 21313/07).

40. Por conseguinte, estando pendente manifestação plenária acerca dos esclarecimentos oficiais a serem prestados pelo DFTRANS, nos autos precedentes (nº 21313/07), não vislumbro motivação suficiente a que, neste processo, seja determinada, em caráter liminar, a cessação de repasse de recursos financeiros à operadora do SBA.

41. Eventual deferimento da cautelar pleiteada atropelaria, ainda, o rito estabelecido no art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 1/94, erigido como fundamento para a solicitação de esclarecimentos da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal e do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, nos termos da Decisão nº 4856/09.

42. Demais, os repasses financeiros são previstos em lei, na forma detalhada nas Cláusulas do Convênio nº 1/08 (fl. 33);

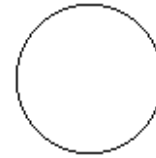
- 7.1 – os serviços do STPC/DF serão remunerados pelo produto da arrecadação tarifária, na forma que legislação específica vier a prever;
- 7.2 – o produto da arrecadação tarifária será depositado em faixa contábil e após recebimento dos Relatórios de Resgate de Créditos de Passageiros Transportados no Sistema STPC/DF será repassado para as contas correntes dos delegatários destinatários;
- 7.3 – o percentual previsto na Lei 445/93¹¹ será depositado em conta corrente específica em nome do ÓRGÃO GESTOR;
- 7.4 – os custos operacionais decorrentes da emissão, comercialização e gestão dos vales transportes serão suportados pelo percentual definido na Lei 445/93 e serão pagos mensalmente, conforme disposto no item 5.1.7 deste Convênio e nos termos do artigo 59 da Lei 4011/2007¹².

¹¹ Dispõe sobre os recursos destinados ao custeio da administração e fiscalização do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF e dá outras providências. [...] **Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no preço das passagens de ônibus um percentual de **até quatro por cento (4%), destinado ao custeio da administração e fiscalização** do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, atribuídas ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal - DMTU/DF. **Parágrafo Único - Este percentual não se inclui na tarifa admitida para remuneração das operadoras** do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF. **Art. 2º** - No ato que fixar o preço das passagens deverá ser expressamente declarado o percentual previsto no artigo anterior. **Art. 3º** - **A parcela correspondente ao percentual fixado será descontada quando do resgate** dos vales transportes e passes recebidos pelas empresas operadoras.

¹² Dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências. [...] **Art. 59.** O percentual de até 4% (quatro por cento) autorizado para inclusão no preço das passagens de que trata a Lei nº 445, de 14 de maio de 1993, deverá ser retido quando do resgate dos créditos de viagem pelos operadores, sendo descontado o custo com a emissão e a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 13
Proc.: 11760/10

Rubrica

43. Ao meu sentir, diante desse quadro, a plausibilidade jurídica do pedido de cautelar do MP consubstancia, neste momento processual, com lastro em juízo perfunctório, a necessidade de urgente apreciação das contas a serem tomadas da FÁCIL, tendo por parâmetro, principalmente, as Cláusulas do Convênio nº 1/08, acima transcritas.

44. Por conseguinte, defiro o pedido de cautelar do Ministério Público, constituído na **obrigação de fazer**, para que o DFTRANS **tome as contas das empresas operadoras de transporte**, a fim de **apurar a quantidade de vales estudantis efetivamente utilizados**, para, caso aprovadas, **possibilitar resgate de novos recursos financeiros correspondentes**, consoante previsto nas Cláusulas “6.1.7” e “6.1.9” do Convênio de Cooperação Administrativa n.º 001/2008 (DFTRANS x Fácil), nos artigos 62 e 63 da Lei n.º 4320/64 e no §3º, incisos I e II, do artigo 116 da Lei n.º 8666/93.

45. Em decorrência, deve o mesmo DFTRANS **determinar que a FÁCIL mantenha ativos os serviços de recarga dos cartões estudantis, sem interrupções**, já que **a remuneração por tais serviços é efetuada mediante ressarcimento dos custos operacionais correspondentes**, na forma prevista nas Cláusulas “5.1.7” e “7.4” do Convênio n.º 001/2008 (DFTRANS x Fácil) e no o artigo 59 da Lei n.º 4011/2007, **não dependendo, portanto, dos repasses financeiros a que se refere o parágrafo anterior**.

46. Deve o DFTRANS, ainda, encaminhar a prestação de contas da FÁCIL a este Tribunal, tão logo a tenha examinado.

47. Paralelamente a essas providências, deve a 3ª ICE realizar inspeção no jurisdicionado, em caráter urgente e prioritário, a fim de verificar os pontos levantados pelo *Parquet*: aparente conflito de interesses entre a FÁCIL e seus representantes legais, operadores STPC; ausência de prestação de contas ao jurisdicionado e ao TCDF, por parte da FÁCIL; e medidas de fiscalização que são adotadas pelo DFTRANS em relação ao vale estudantil.

48. O prosseguimento do feito requer a notificação do DFTRANS e da empresa Fácil, na pessoa de seus Diretores Executivos (fl. 26), a fim de que apresentem os esclarecimentos que entenderem cabíveis sobre os fatos questionados pelo MP.

49. Para tanto, fixo o prazo de 10 (dez) dias.

50. Ante o exposto, voto por que o Tribunal:

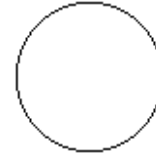
I – tome conhecimento da presente Representação e de sua emenda;

II- tendo em conta a ausência de prestação de contas do Convênio nº 1/08-DFTRANS x FÁCIL Brasília Transporte Integrado, a despeito dos repasses de recursos públicos já efetuados a título desse ajuste, defira a cautelar

comercialização do vale-transporte mediante os comprovantes de despesas. **Parágrafo único.** A receita relativa à aplicação do percentual citado no caput será depositada em conta específica da entidade gestora.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 14
Proc.: 11760/10

Rubrica

pleiteada, constituída na obrigação de fazer, para que o Transportes Urbanos do Distrito Federal – DFTRANS:

a) tome as contas das empresas operadoras de transporte, a fim de apurar a quantidade de vales estudantis efetivamente utilizados, para, caso aprovadas, possibilitar resgate de novos recursos financeiros correspondentes, consoante previsto nas Cláusulas “6.1.7” e “6.1.9” do Convênio de Cooperação Administrativa n.º 001/2008 (DFTRANS x Fácil), nos artigos 62 e 63 da Lei n.º 4320/64 e no §3º, incisos I e II, do artigo 116 da Lei n.º 8666/93;

b) tão logo examine as contas a que se refere o item anterior, encaminhe-as a esta Corte de Contas;

c) determine à FÁCIL Brasília Transporte Integrado, operadora delegada do Sistema de Bilhetagem Automática do Distrito Federal (SBA/DF), que mantenha ativos os serviços de recarga dos cartões estudantis, sem interrupções, até a efetiva aprovação de suas prestações de contas pelo DFTRANS e por esta Corte de Contas, vez que a remuneração por tais serviços é efetuada mediante ressarcimento dos custos operacionais correspondentes, na forma prevista nas Cláusulas “5.1.7” e “7.4” do Convênio n.º 001/2008 (DFTRANS x Fácil) e no o artigo 59 da Lei n.º 4011/2007, não dependendo, portanto, dos repasses financeiros a que se referem as Cláusulas “6.1.7” e “6.1.9” do mesmo ajuste;

d) alerte a FÁCIL Brasília Transporte Integrado que o descumprimento do item c acima poderá provocar a rescisão do Convênio nº 1/08 e encampação dos serviços, nos termos da Cláusula 11.1 do Convênio nº 1/08;

III – determine à 3ª ICE:

a) o processamento destes autos em apartado;

b) o exame da matéria, autorizando, desde já, procedimento de inspeção, em regime prioritário, para verificação dos seguintes pontos:

b.1) adequação do instituto do convênio à contratação em tela, devido ao aparente conflito de interesses, uma vez que a FÁCIL Brasília Transporte Integrado é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mas representada pelos operadores do STPC, mais especificamente os senhores Wagner Canhedo Azevedo Filho, Eduardo Queiroz Alves e Victor Berthonico Foresti;

b.2) ausência de prestação de contas ao DFTRANS e ao TCDF, por parte da empresa FÁCIL Brasília Transporte Integrado;

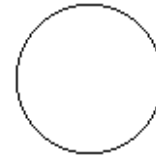
b.3) medidas de fiscalização que são adotadas pela jurisdicionada em relação ao vale estudantil;

IV – autorize o encaminhamento da presente Representação e deste Relatório/Voto ao DFTRANS e à FÁCIL Brasília Transporte Integrado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem os esclarecimentos que entenderem cabíveis sobre os fatos ora questionados.

23. Conforme acima dito, o pedido de **medida cautelar, constituída**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 15
Proc.: 11760/10

Rubrica

na obrigação de fazer, deve ser direcionado, não à FÁCIL, mas ao DFTRANS, jurisdicionado que é desta Corte de Contas e Órgão Gestor do Convênio nº 1/08.

24. Portanto, deve o DFTRANS tomar as contas da FÁCIL, para fins de exame e posterior aprovação ou rejeição.

25. Esse natural procedimento – de tomada de contas - não condiciona, tampouco impede, o atual repasse de recursos financeiros, a título do Convênio nº 1/08.

26. Trata-se de obrigação legal, decorrente do manejo e da gestão de recursos públicos, a cargo do responsável por sua aplicação.

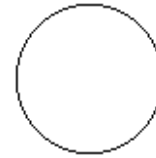
27. Quanto ao pedido de suspensão de repasses financeiros, consignei em meu Voto minha discordância do Ministério Público, *quando entende clara a necessidade de cessação de repasse de recursos financeiros até que sejam esclarecidos quais recursos foram efetivamente utilizados no transporte de estudantes.*

28. De acordo com o que sustentei, *essa medida acarretaria prejuízo imediato aos passageiros que utilizam, diariamente, o sistema de bilhetagem automática, para deslocamento e mobilidade. A relevante questão social que permeia a análise do problema não permite a imposição de outros percalços, além dos já conhecidos. **Ao contrário, demanda-se, em prol do interesse público, a revisão e o aperfeiçoamento do SBA, ou, até mesmo, sua substituição, vez que, não obstante constitua matéria posta em lei, revela, ao meu sentir, normatização eivada de absoluta impropriedade, em face da operacionalização concebida.***

29. Em reforço, destaquei que, estando este Tribunal no aguardo dos esclarecimentos a serem prestados pelo DFTRANS e pela Secretaria de Transportes, no bojo do Processo nº 21313/07 (Decisão nº 4856/09), relatado pelo nobre Conselheiro Renato Rainha, a respeito de Representação ministerial requerendo a fiscalização no STPC/DF, ***não vislumbro motivação suficiente a que, neste processo, seja determinada, em caráter liminar, a cessação de repasse de recursos financeiros à operadora do SBA.*** Eventual deferimento da cautelar pleiteada atropelaria, ainda, o rito estabelecido no art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 1/94, erigido como fundamento para a solicitação de esclarecimentos da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal e do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS, nos termos da Decisão nº 4856/09. Demais, os repasses financeiros são previstos em lei, na forma detalhada nas Cláusulas do Convênio nº 1/08 (fl. 33).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



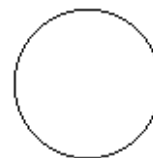
Fls.: 16
Proc.: 11760/10

Rubrica

30. Nesse diapasão, entendi que, *diante desse quadro, a plausibilidade jurídica do pedido de cautelar do MP consubstancia, neste momento processual, com lastro em juízo perfunctório, a **necessidade de urgente apreciação das contas a serem tomadas da FÁCIL**, tendo por parâmetro, principalmente, as Cláusulas do Convênio nº 1/08, acima transcritas.*
31. Nada mais, nada menos.
32. Não cogitei da suspensão de repasses financeiros.
33. Nem poderia, haja vista tratar-se de previsão legal, contida na Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, cujo § 1º do art. 2º prescreve que o Poder Executivo **adquirirá, antecipadamente, no mês anterior àquele em que os passes serão usados, os créditos junto à operadora do Sistema de Bilhetagem Automática - SBA e junto à Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - METRÔ/DF, que farão a transferência imediata para os cartões dos estudantes, cadastrados conforme dispositivos legais.**
34. Desprovida de fundamento, portanto, a condicionante alegada pelo DFTRANS em seu Ofício nº 1215/10, de 07/05/10 (fl. 99), como suporte ao seu entendimento acerca da suspensão de repasses financeiros para recarga dos cartões estudantis.
35. Estando vigente a Lei nº 4.462/10, apesar de sua discutível legitimidade, não compete a este Tribunal negar eficácia à sua aplicação.
36. Esse equivocado entendimento do jurisdicionado, sobre o conteúdo da Decisão nº 1736/10, justifica o provimento dos presentes Embargos, com o intuito de esclarecer o *quantum* decidido por esta Corte de Contas.
37. Repito. A manutenção dos repasses financeiros, em prol do interesse público, circunstanciada pelo caráter social de que se reveste a operacionalização do sistema de passes estudantis, não impede que o Poder Executivo local estude a revisão, ou o aperfeiçoamento, ou até mesmo a substituição do Sistema de Bilhetagem Automática, consideradas as nuances e peculiaridades do caso, advindas do modelo concebido pela Lei nº 4.462/10.
38. Lembro aos meus pares que as discussões havidas na Sessão Ordinária nº 4334, de 20/04/2010, na qual foi prolatada a Decisão nº 1736/10 (fls. 61/62), ora embargada, enfatizaram, à exaustão, com lastro em meu Voto, previamente distribuído, a necessidade de manutenção de repasses financeiros, a fim de se evitar a descontinuidade do sistema de recarga dos cartões estudantis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 17
Proc.: 11760/10

Rubrica

39. Em face disso, no mérito, dou provimento aos presentes Embargos de Declaração opostos contra a Decisão nº 1736/10, para o fim de esclarecer que a referida deliberação plenária não veiculou determinação expressa de suspensão do repasse dos créditos referentes ao passe livre estudantil.

40. Eventual suspensão, no campo das possibilidades, dar-se-á, somente, em caso de rejeição das contas da FÁCIL pelo DFTRANS.

41. A esse respeito, deve o DFTRANS implementar, em caráter de urgência, o exame dos documentos anexados às fls. 100 a 190, haja vista a alegação da Recorrente de que vem prestando, diariamente, e desde o início da concessão do benefício, as contas ora reclamadas pelo Ministério Público.

42. Paralelamente a essas conclusões, creio que o requerimento ministerial externado pelo Ofício nº 125/2010-MPC/PG, de 10/05/10 (fls. 67 a 71), deve ser submetido, primeiramente, ao exame da Inspeção competente, à luz das disposições do RI/TCDF.

43. Destaco, a propósito, que o adequado momento processual para manifestação do MP é por ocasião da lavratura de seus pareceres.

44. Da decisão que vier a ser prolatada devem ser cientificados a Embargante, o DFTRANS e o Poder Executivo distrital.

45. A tempo. Recebi, às 10h45 de hoje, o Ofício nº 1281/2010-GAB/DFTRANS, de 12/05/10 (fls. 192/193), por intermédio do qual o Diretor Geral da autarquia requer providências desta Corte, *a fim de que os estudantes do Distrito Federal não sejam prejudicados.*

46. Sobre isso, entendo que a solução ora proposta para os Embargos em exame já vem ao encontro da solicitação do DFTRANS.

47. Ante o exposto, voto por que o Tribunal:

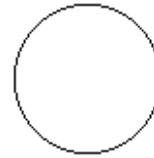
I – conheça:

- a) dos documentos juntados ao feito;
- b) do Recurso interposto pela Fácil Brasília Transporte Integrado contra a Decisão nº 1736/10, sob a forma de Embargos de Declaração;

II – no mérito, dê provimento ao Recurso em questão, para o fim de esclarecer que a Decisão nº 1736/10 não veiculou determinação expressa de suspensão do repasse dos créditos referentes ao passe livre estudantil, bem assim que essa possibilidade dar-se-á apenas em caso de rejeição das contas da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Fls.: 18
Proc.: 11760/10

Rubrica

FÁCIL pelo DFTRANS;

III – determine ao Transporte Urbanos do Distrito Federal – DFTRANS que proceda, em caráter de urgência, ao exame dos documentos anexados pela FÁCIL, às fls. 100 a 190 destes autos, que ora lhe são encaminhados por cópia, haja vista a alegação da Recorrente de que vem prestando, diariamente, e desde o início da concessão do benefício, as contas ora reclamadas pelo Ministério Público;

IV - comunique ao Poder Executivo distrital que a manutenção dos repasses financeiros, em prol do interesse público, circunstanciada pelo caráter social de que se reveste a operacionalização do sistema de passes estudantis, não impede que o Poder Executivo local estude a revisão, ou o aperfeiçoamento, ou a substituição do Sistema de Bilhetagem Automática, consideradas as nuances e peculiaridades do caso, advindas do modelo concebido pela Lei nº 4.462/10.

V – dê ciência da decisão que vier a ser prolatada à Embargante, ao DFTRANS e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, mediante encaminhamento de cópia deste Relatório/Voto, inclusive;

VI – autorize o retorno dos autos à 3ª ICE.

Sala das Sessões, em 13 de maio 2010.

Marli Vinhadeli
Conselheira

(7)